

*O anarquismo argentino
frente ao sindicalismo
revolucionário*



O ANARQUISMO ARGENTINO FRENTE AO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

RESUMO

O anarquismo foi a tendência ideológica que dirigiu e organizou os trabalhadores argentinos no começo do século XX. Contudo, sua concepção anticlassista que outorgava um papel subordinado ao sindicato provocou debates internos e problemas concretos para manter a liderança do movimento operário, especialmente a partir do surgimento do sindicalismo revolucionário. Esta tendência, mais pragmática que o anarquismo no momento da negociação com o Estado e com os empresários, privilegiou o sindicato como principal ferramenta da luta dos trabalhadores e assumiu a liderança do movimento operário até final dos anos 1920.

PALAVRAS-CHAVE

Anarquismo. Sindicalismo Revolucionário. Greve. Classe.

Juan Suriano¹

O ANARQUISMO ARGENTINO FRENTE AO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

O anarquismo argentino foi, sem dúvida, muito mais do que o socialismo, a tendência ideológica que orientou e organizou os trabalhadores argentinos no início do século XX. Entretanto, paradoxalmente, sua concepção sobre a classe e o papel do sindicato terminaria atentando contra esta supremacia, que seria assumida, a partir de 1915, pelo sindicalismo revolucionário.

Qual o significado de proletariado no discurso anarquista? Ou, melhor, a quem se dirigia a mensagem? À classe operária ou aos explorados em geral? E, neste último caso, interpelava todos os explorados ou apenas “a sua parcela consciente e inteligente”? O anarquismo argentino não foi uma tendência especificamente operária; parece ter sido mais do que isso. Sem negar que seu discurso apelava essencialmente aos trabalhadores, uma vez que estes eram os setores mais oprimidos da sociedade e que suas práticas alentavam a luta de classes, a mensagem libertária pretendia ser universalista e não-classista. O classismo implicava, para eles, subordinar o indivíduo às classes superiores, e esta ideia era entendida como autoritária e repressora das liberdades individuais.

Se esta concepção não-classista estava na base da doutrina anarquista, as práticas políticas e sociais especificamente orientadas aos trabalhadores operaram sobre tal doutrina, complexificando a ideia de classe social, operando e provocando tensões em uma produção discursiva que às vezes se tornava ambígua e, até mesmo, contraditória. Esta forma peculiar de compreender as classes e a luta de classes provocou constantes debates internos e problemas concretos para orientar o

¹ Universidade Nacional de San Martín. lobatosuriano@websail.com.ar

movimento operário, especialmente a partir do aparecimento do sindicalismo revolucionário.

No início do século XX, o conflito social se agudizou e a atividade política e gremial libertária se potenciou. O anarquismo saiu de seu enclausuramento para se converter em um ator social de magnitude. Porém, a imagem de homogeneidade que alguns autores pretendem para o anarquismo não existe. Trata-se, antes, de uma percepção de fora elaborada nos momentos de conflito, pois, nos intervalos de paz social, a imagem compacta cedia lugar a uma complexa trama em que se cruzavam múltiplas ideias e tendências. Dessa trama emerge uma imagem de polêmica constante, na qual as discrepâncias entre *doutrinários puros* e *intelectuais heterodoxos* eram permanentes. Os primeiros eram aqueles setores do movimento anarquista, especialmente intelectuais e publicistas que defendiam a doutrina a partir de uma perspectiva ortodoxa e se comportavam quase como intelectuais orgânicos; isto é, pretendiam estabelecer quais eram as orientações corretas e incorretas. Formavam um grupo pequeno de dirigentes que funcionava como uma verdadeira elite com o propósito de programar a linha política e induzir os militantes de base a aceitarem as decisões da elite. Nesse sentido, o grupo doutrinário puro se caracteriza por uma forte dose de sectarismo nas formas de imposição das linhas de ação. Os intelectuais heterodoxos haviam chegado de fora do movimento, ou mais especificamente das letras, como Alberto Ghirardo, José de Maturana, Alejandro Sux, sustentavam posturas mais amplas e eram partidários do estabelecimento de acordos com outras forças.

Mas o movimento libertário abrangia e representava a todos e não transitava em apenas uma linha doutrinária, mas em várias simultaneamente. Um verdadeiro caos doutrinário, no qual individualistas, coletivistas, comunitaristas, organizadores, anti-organizadores, partidários e adversários das vias violentas, assim como outras posturas divergentes se identificavam e se rechaçavam no heterogêneo e variado mosaico do anarquismo. Quiçá esta característica em direção ao matiz e à mescla, à medida que ampliava o marco da interpelação, tenha sido um motivo de atração e uma das causas do enraizamento que este movimento conseguiu entre aqueles trabalhadores mais radicalizados ou entre

os que se mostravam descontentes com a situação econômica e social imperante na sociedade argentina de então. Não cabem dúvidas de que a amplitude e a flexibilidade doutrinária lhe permitiram abarcar boa parte do espectro contestatório enquanto podia abrigar em seu seio uma ampla variedade de tendências e opiniões.

Esta amplitude se relacionava à heterodoxia classista sustentada pelos anarquistas.² Pode-se sustentar que a doutrina era vagamente anti-classista e negadora da consciência de classe marxiana ao sustentar sua tese de participação política *na vontade de cada indivíduo*. Por outro lado, *era populista* no sentido de que aspirava unir todos os setores sociais oprimidos para libertá-los da exploração econômica.³ A revolução não passava pela luta de classes, e sim pela luta do povo contra seus exploradores. “Povo” era uma categoria mais abrangente que englobava majoritariamente uma imensa gama de trabalhadores, mas também os membros de profissões liberais, comerciantes e até “capitalistas de toda espécie”. Esta ampla ideia de povo incluía também os desfavorecidos em termos gerais (doentes, velhos, crianças, miseráveis, prostitutas) e nela está latente a concepção bakuninista da energia política das massas e do povo como depositário permanente da semente da revolução social. Neste sentido, toda a energia revolucionária estava colocada contra o Estado, que representava os fatores de exploração e de opressão, de poder e de submissão de toda a sociedade (povo) espoliada e não de uma classe em particular.

Mas as práticas sociais se encontravam imersas, quase naturalmente, em um conflito no qual primava o enfrentamento

² Heterodoxia que podia assimilar conceitos como classe e casta, tal como fazia Juan Creaghe ao polemizar sobre o papel dos trabalhadores manuais e dos intelectuais. Estas assimilações conceituais podem ser encontradas nos pensadores mais importantes do anarquismo. Por exemplo, Proudhon define a classe operária a partir de seus atributos (assalariamento e despossessão dos meios de produção), entretanto usa indistintamente os conceitos de classe e casta. PROUDHON, P. J., *La capacidad política de la clase obrera*, Madrid: Ediciones Júcar, 1977.

³ Tomo o termo populismo de JUNCO, J. A. Los dos anarquismos. In: *Cuadernos del Ruedo Ibérico*, Paris, n. 55/57, jan./jul. 1977, p. 139.

de classes tanto na prática quanto na produção discursiva. E os anarquistas encorajavam constantemente a luta dos trabalhadores contra os empresários e o Estado e, por consequência lógica, incentivavam a luta de classes, sem se definirem como classistas.

A doutrina libertária colocava ênfase na constituição do sujeito social não em determinadas relações com os meios de produção, mas nas formas de opressão. Possuía, em termos gerais, uma dimensão moralista e universalista que a levava a superar a perspectiva de classes e a interpretar o fenômeno capitalista em termos diferentes do marxismo, uma vez que seus pressupostos políticos e filosóficos bebiam centralmente em um liberalismo sustentador de conceitos tais como direito natural, igualdade, liberdade ou harmonia. Na base da concepção anarquista, encontrava-se fortemente arraigada a ideia de liberdade, uma liberdade que tinha por objeto fazer o indivíduo feliz, visto que era um direito natural, inerente ao homem, que não devia ser perturbado por elementos estranhos.

Embora não descartasse muitos dos problemas colocados pelo marxismo, um setor importante do anarquismo argentino reforçou a análise não classista a partir da influência das ideias de Kropotkin, o qual teve uma ampla difusão e adesão nos meios locais. E seu predomínio foi claro entre os doutrinários puros. A tendência não classista reforçava a ideia, onipresente na obra de Kropotkin, de dar menos importância à análise crítica da economia capitalista e centrar sua atenção na condenação moral. Esta concepção conduziu à elaboração de um esquema de conflito mais flexível e genérico do que aquele sustentado pelo marxismo, posto que a causa da divisão social não se encontrava apenas no regime de propriedade e salários, mas também na enorme distância cultural entre os setores sociais. Esta brecha se produzia, pois um só ator social detinha o saber que o outro não possuía, e esta questão excedia a contradição classe burguesa-classe operária para estabelecer, nos termos de Kropotkin, uma dualidade entre pobres e ricos, explorados e exploradores, desfavorecidos e privilegiados, povo e burguesia. Como sustenta Alvarez Junco,

ao se introduzir o elemento ético-cultural entre os fatores de opressão ou despossessão, agregam-se, pelo menos, duas variantes em relação ao enfoque socialista clássico:

por um lado se amplia o grupo de despossuídos... por outro lado, não se considera que a situação se caracterize pela progressiva polarização das classes, mas sim pela crescente possibilidade de superação da tensão graças à inevitável ilustração dos oprimidos.⁴

Portanto, a luta de classes não era um feito anárquico:

e não é anárquico – dizia Gilimón – porque os anarquistas não vão precisamente contra uma classe social, nem contra um sistema econômico, nem provêm exclusivamente de uma determinada classe social, senão de todas. Vão contra um princípio – o princípio da autoridade – contra a organização social que é autoritária em todas as ordens da vida, desde a política até a moral e da intelectual à econômica, e contra todas as classes sociais que se oponham à liberdade, à anarquia.⁵

A classe operária era um canteiro, o mais importante da sociedade, de onde o anarquismo deveria se nutrir e adquirir sua força fundamental, porém nada mais. Ser operário não representava um atributo em si mesmo; no máximo, os trabalhadores poderiam chegar a adquirir uma consciência melhorista⁶ através dos grêmios, mas a anarquia não era “um sistema de melhorias, senão a abolição de todo princípio de autoridade... que adquirem outros homens que pertencem a distintas classes sociais, vale dizer, todos aqueles que possuem um elevado conceito de sua individualidade, da dignidade humana, da liberdade”.⁷ Definitivamente, a luta crucial na qual se apostariam os destinos do porvir não oporia capitalistas a operários, senão autoritários a libertários.

⁵ JUNCO, J. A. loc. cit.

⁶ No original, *mejorista*. Trata-se de um neologismo, tanto no espanhol, quanto no português. [Nota do tradutor].

⁷ GILIMÓN E. La Anarquía, *La Protesta*, 20 ago. 1908.

Frente ao conceito de luta de classes, que penetrava o discurso anarquista em vários pontos, os doutrinários puros brigavam por uma *consciência moral* baseada em valores que apelavam ao indivíduo, à liberdade, à rebeldia, à dignidade humana. Poucos anos depois, Abad de Santillán, pressionado pelo impacto da revolução bolchevique e pela propagação do comunismo marxista entre os trabalhadores radicalizados, ratificaria a postura anticlassista. Insistia na ideia de que ser proletário não era suficiente para se converter em revolucionário: “a demagogia marxista atribuiu aos trabalhadores uma razão histórica fatal e se empenhou em divulgar a ideia do proletariado como classe; partindo deste ponto de vista, toda cisão dessa classe unitária seria um atentado contra os interesses revolucionários”.⁸ Para Santillán, esta premissa era totalmente falsa, uma vez que não considerava o proletariado uma classe unitária, mas um conjunto desconexo de seres humanos: embora alimentasse os contingentes revolucionários, também abastecia os opressores com matéria-prima:

no operário revolucionário, o homem está acima do operário. Acima do conceito de proletário está o conceito de humanidade; na consciência do proletário que luta por um mundo melhor encontrareis em primeiro lugar a dignidade humana ultrajada pela tirania ou pela opressão e somente em segundo plano o sapateiro, o pedreiro, o carpinteiro.⁹

Esta ausência de uma cosmovisão classista da sociedade dotou o anarquismo da aspiração de representatividade universal dos explorados em termos gerais, aproximando-se da ideia do homem desenraizado: um homem desenraizado visto de uma perspectiva ética e cultural que privilegiava em sua análise elementos educacionais, culturais e morais frente às caracterizações especificamente socioeconômicas. Os homens não

⁸ SANTILLÁN, D. A. de. Suplemento semanal de La Protesta. In: *Frank Mintz y Antonia Fontanillas*, Op. Cit., p. 14.

⁹ Id., p. 16.

se diferenciavam pelo lugar ocupado na sociedade, mas pelos ideais que professavam e, nesse sentido, as classes sociais nasciam e existiam mais no pensamento do que na realidade concreta. O homem era antes de tudo indivíduo e esta condição adquiria maior relevância do que o pertencimento a uma classe social determinada, e quando assumia o ideal libertário, identificava-se com o universalismo do anarquismo e não com o particularismo da classe operária. Sem chegar ao extremo de negar absolutamente a luta de classes, instalavam-na em um segundo plano, visto que para eles os interesses de classe não expressavam necessariamente um ideal revolucionário.

O predomínio da linha policlassista dos doutrinários puros, entre 1905 e 1915, levou os anarquistas a priorizarem objetivos de caráter doutrinário e a relegar aspectos como a unidade do movimento operário. Esta questão provocou fortes enfrentamentos internos em torno do papel da luta sindical que acabariam debilitando o movimento anarquista. O grupo “doutrinário puro” ratificava ano após ano a decisão tomada no 5º Congresso da FORA (Federação Operária Regional Argentina) de 1905, que deliberava que seus partidários deviam professar “o comunismo anárquico”; dessa forma, opunha-se terminantemente à unidade do movimento operário enquanto, segundo seu critério, era impossível unir as diversas concepções ideológicas (socialista, sindicalistas, católicos e anarquistas) presentes entre os trabalhadores locais. Estes *deviam se agrupar segundo a afinidade de aspirações* e a analogia de conceitos sobre a vida presente e futura, assim como a concordância nos métodos e procedimentos a seguir. O fim perseguido era prioritário, o sindicato era secundário, ainda que importante da perspectiva do recrutamento dos trabalhadores para a causa anarquista, e este é o critério que os “doutrinários puros” sustentaram desde o mencionado congresso da FORA até a perda do predomínio libertário na Federação em 1915, durante o 9º Congresso, quando o sindicalismo se converteu na tendência hegemônica do movimento operário.

Entretanto, para os setores libertários vinculados diretamente ao desenvolvimento concreto do movimento operário, também denominados anarco-sindicalistas, o centro prioritário da tática anarquista era fomentar a agremiação e a

unidade dos trabalhadores. Mesmo que para eles uma boa parte da classe operária não fosse anarquista, isto não representava um problema, pois os interesses dos trabalhadores eram os mesmos e estavam na essência do processo revolucionário. Para aqueles que privilegiavam a ação gremial, não apenas a pureza doutrinária era secundária, como também interpretavam a teoria anarquista de maneira diferente.

Atrás dessas polêmicas se ocultava uma luta implícita pelo controle doutrinário do anarquismo convertido, por volta de meados da primeira década do século XX, em um importante movimento popular que, diferentemente de um partido político como o socialista, carecia de uma orientação precisa e única. Embora também seja verdade que todos aqueles que se abrigavam sob o guarda-chuva do anarquismo se reconhecessem e se identificassem em torno de uma série de princípios básicos muito gerais como a anti-religiosidade, a negação do Estado e a inutilidade do sistema parlamentar, uma vez que eram considerados órgãos improdutivos a serviço dos grupos dominantes, também se impugnava a ideia de nação ou, mais precisamente, de pátria e de seu braço armado, o Exército. Foi em torno destas questões básicas que o anarquismo pôde gerar para fora uma imagem alternativa e compacta de oposição ao regime conservador; ainda que retiremos o manto que recobre essa imagem, outra imagem aparece, mais crível, em que as contradições, as incertezas e, inclusive, as debilidades são evidentes.

A partir daquele momento, a polêmica interna avançou num rumo mais perigoso, posto que a discussão em torno do conceito de classe se dava não apenas no interior do anarquismo (onde havia partidários e inimigos da ideia de classe e de luta de classes), mas também no recém-criado sindicalismo revolucionário. A amplitude conceitual, já assinalada, da doutrina anarquista em torno da definição de classe foi um problema para a liderança que, a partir de *La Protesta*, buscava precisar os conceitos e sublinhar qual era o marco teórico e ideológico que seus camaradas deviam seguir. Neste sentido, o drama dos doutrinários puros radicava no fato de que a postura classista do sindicalismo era difícil de ser distinguida de outras posições similares dentro do anarquismo, e se confundia mais,

especialmente, nos grêmios operários, onde o discurso classista possuía adeptos espontâneos.

O sindicalismo revolucionário (SR) nasceu na Argentina, em 1906, como produto de uma cisão do Partido Socialista e seu grupo fundador reconhecia influências tanto dos sindicalistas franceses (Sorel e Lagardelle) como italianos (Labriola e Enrico Leone).¹⁰ A partir daquele momento, converteu-se em um verdadeiro obstáculo aos libertários. Seu discurso não era muito diferente: o anti-estatismo e a oposição à atividade política e ao parlamentarismo o assemelhavam ao anarquismo, porém a essência de sua estratégia encontrava-se na organização dos trabalhadores, pois o SR sustentava que somente pela ação autônoma dos operários e de seus órgãos de classe (os sindicatos) poderia alcançar as reivindicações solicitadas e concretizar gradualmente o destino revolucionário do proletariado, isto é, o sindicato (que se governa a si mesmo) era o embrião da gestação da sociedade futura. Até 1910 promoveram a luta de classes e a insurreição por meio da greve geral. Mas, após as derrotas operárias do Centenário, submeteram-se a posições mais corporativas e negociadoras. O SR manteve um discurso radicalizado e uma prática classista conservadora que privilegiava absolutamente o sindicato e o bem-estar de seus filiados acima de qualquer vertente revolucionária. Assim, converteu-se em uma atrativa opção para os trabalhadores, tanto por sua flexibilidade negociadora, quanto por sua adesão à unidade do movimento operário.

¹⁰ Sobre o sindicalismo revolucionário ver LINDEN, M. van der y TORPE W. Auge y decadência del sindicalismo revolucionario. In: *Historia Social*, n.12, Valência, inverno de 1992; sobre a relação entre anarquismo e sindicalismo revolucionário na Espanha, ver VEJA, E. Anarquismo y sindicalismo durante la Dictadura y la República. In: *Historia Social*, n. 1, Valência, verão de 1988; KERSFFELD, D. *George Sorel: apóstol de la violencia*, Buenos Aires: Signo, 2005. Sobre o sindicalismo argentino ver, BERTOLO, M. *Una propuesta gremial alternativa: el Sindicalismo Revolucionario (1904-1916)*, CEAL, Buenos Aires, 1993; DEL CAMPO, H. *El sindicalismo revolucionario (1905-1940)*, CEAL, Buenos Aires, 1986.

Esta tendência incomodou e desagradou profundamente os doutrinários puros, que pareciam não compreender o sentido último do sindicalismo:

a intervenção da doutrina sindicalista — sustentava Abad de Santillán — para reunir todas as correntes ideológicas do movimento operário em uma só organização de classes, é um derivado do marxismo, não do próprio Marx, mas sim de seus continuadores. Sem a metafísica sindicalista, a ninguém lhe teria ocorrido logicamente que poderiam existir organizações revolucionárias sem uma finalidade, sem um propósito final. O fato de agrupar operários não significa que se trabalhe para a revolução.¹¹

Esta controvérsia colocava em jogo o tipo de estratégia revolucionária ou transformadora da sociedade. Ademais, era uma discussão sobre o caráter e o papel que devia assumir o sindicato e o próprio movimento operário, e esta discussão foi ganha pelo sindicalismo revolucionário que, por volta do fim da década de 1910, havia imposto sua hegemonia ao gremialismo argentino.

Tradução Maíra Machado Bichir

Revisão técnica da tradução Fernando Teixeira da Silva

¹¹ SANTILLÁN, D. A. de, Suplemento Semanal de La Protesta, 16 mar. 1925. In: MINTZ, F. e FONTANILLAS, A. Historia y vigencia de la construcción de un proyecto libertario, *Suplementos. Materiales de trabajo intelectual*, Barcelona: Anthropos, Editorial del Hombre, jan. 1993, p. 15. O testemunho tardio confirma a perduração da visão em direção ao sindicalismo. Para uma compreensão do sindicalismo revolucionário constitui leitura indispensável o trabalho de LINDEN, M. van der y TORPE W. Auge y decadencia del sindicalismo revolucionario. In: *Historia Social*, Valência, n.12, inverno de 1992, p. 3-30.

ARGENTINE ANARCHISM FACES REVOLUTIONARY SYNDICALISM

ABSTRACT

Anarchism was the ideological tendency that directed and organized Argentine workers at the beginning of the 20th century. Nevertheless, its anticlassist conception that gives a subordinated role to the Unions, promoted intern debates and specific problems in maintaining the leadership of the labor movement, especially since the appearance of revolutionary syndicalism. This tendency was more pragmatic than anarchism about negotiating with the State and the businessmen; it privileged the Union as the main tool in the workers struggle and assumed the leadership of the labour movement until the end of the 20th decade.

KEYWORDS

Anarchism. Revolutionary syndicalism. Strike. Class.



III Congresso Nacional de Jornalistas. Edgard Leuenroth, o segundo, da direita para a esquerda. Salvador, Bahia, 4 a 12 de nov.1949. (Acervo Família Leuenroth; Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, São Paulo, foto reproduzida n. 26.)